

V NOVEMBRO NEGRO VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

I FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA: A LETALIDADE POLICIAL COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO AMAPÁ

Ana Clara Moraes de Almeida – Faculdade Estácio de Macapá ¹
Gabriel Esther Nascimento dos Santos – Faculdade Estácio de Macapá²

O racismo estrutural constitui um mecanismo persistente e sistêmico que ultrapassa a esfera individual e se consolida como fundamento das instituições sociais, jurídicas e políticas brasileiras. De acordo com Almeida (2019), o racismo estrutura as relações de poder e legitima desigualdades históricas que se reproduzem de forma naturalizada. Esta pesquisa tem como objetivo analisar de que modo o racismo estrutural se manifesta na violência policial e sustenta práticas de extermínio da população negra e parda no estado do Amapá. O estudo fundamenta-se nas contribuições de Frantz Fanon (1952), que compreende o racismo colonial como uma patologia social, e de Achille Mbembe (2018), cuja teoria da necropolítica evidencia o poder estatal de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários sobre letalidade policial e homicídios. Segundo o relatório “Panorama da Letalidade Policial no Amapá” (2023), o estado registrou 186 mortes decorrentes de intervenções policiais, correspondendo a uma taxa aproximada de 25 mortes a cada 100 mil habitantes, a mais elevada do país. Complementarmente, a plataforma Amazônia Legal em Dados indica que, no mesmo ano, a taxa geral de homicídios atingiu cerca de 70 mortes por 100 mil habitantes, representando um aumento superior a 120% em relação a 2013. Apesar da redução dos homicídios em 2024, a persistência da letalidade policial revela a contradição de um sistema que diminui índices de criminalidade, mas mantém práticas violentas direcionadas a corpos

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade Estácio Macapá. E-mail: anaeinstein1804@gmail.com.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Mestre em Educação (UEPA), especialista em Sistema de Garantia de Direitos (UFPA), licenciada em Filosofia (UFPA) e bacharel em Direito (FIBRA). Professora da Faculdade Estácio de Macapá e da Escola Estadual Mário Quirino da Silva. Atua nas áreas de Direitos Humanos, Filosofia da Educação, Antropologia Jurídica e Práticas Restaurativas. E-mail: gabi.phi.adv@gmail.com.

V NOVEMBRO NEGRO VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

I FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



racializados. Compreender o racismo estrutural é, portanto, condição essencial para a formulação de políticas públicas antirracistas capazes de transformar o Estado de agente legitimador da violência em promotor da justiça social e da equidade racial.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Necropolítica; Violência policial; Amapá; Direitos humanos.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

_____. **Crítica da Razão Negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Panorama da Letalidade Policial no Amapá (2023)**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/panorama-da-letalidade-policial-no-amapa/>. Acesso em: 22 out. 2025.

AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS. **Indicadores de Segurança Pública – Taxa de Homicídios (DATASUS) – Amapá**. 2023. Disponível em: https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amap%C3%A1&area=Seguran%C3%A7a__155&indicador=TX_DATASUS_HOMICIDIO_UF__155. Acesso em: 22 out. 2025.

GLOBO.COM. **Amapá tem maior taxa de mortes por intervenção policial do país**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 22 out. 2025.

PORTAL DO GOVERNO DO AMAPÁ. **Estado registra queda histórica nos índices de homicídios em 2024**. Macapá, 2024. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2025.